

ARTIGO DOSSIÊ

OS CAMPONESES RUSSOS SOB O OLHAR DA *INTELLIGENTSIA* REVOLUCIONÁ- RIA DO SÉCULO XIX E XX

THE RUSSIAN PEASANTS UNDER THE SIGHT OF THE REVOLUTIONARY *INTELLIGENTSIA* OF THE 19th AND 20TH CENTURIES.

JOSÉ ARBEX JR. E DANILO CHAVES NAKAMURA ¹

RESUMO

A questão agrária na Rússia é central para a compreensão da história do país e dos impasses que surgiram durante o processo revolucionário aberto em 1917. No século XIX, principalmente após a emancipação dos servos de 1861, a *intelligentsia* russa procurou se aproximar dos camponeses e buscou interpretar a singularidade da história da Rússia a partir da realidade dos camponeses. No entanto, a estrutura social russa separava os camponeses do restante da sociedade. Neste artigo, a partir das formulações do economista Vito Letizia, presentes no livro *1917: Uma revolução confiscada - Diálogos com Vito Letizia*, destacaremos o papel ativo dos camponeses russos no processo de libertação da servidão e na tomada de terras ao longo das revoluções de Fevereiro e Outubro de 1917. Destacado isso, questionaremos a forma como os dirigentes da revolução travaram o desenvolvimento prático da revolução no campo.

PALAVRAS CHAVE: Questão agrária, Camponeses, *Intelligentsia*, Servidão, Revolução Russa, Bolcheviques.

ABSTRACT

The agrarian question in Russia is central to the understanding of the country's history and the impasses that emerged during the revolutionary process opened in 1917. In the nineteenth century, especially after the emancipation of the servants of 1861, the Russian *intelligentsia* sought to approach peasants and sought to interpret the singularity of Russian history from the point of view of peasants. However, the Russian social structure separated peasants from the rest of society. In this article, from the formulations of the economist Vito Letizia, present in the book *1917: Uma revolução confiscada - Diálogos com Vito Letizia*, we will highlight the active role of the Russian peasants in the process of liberation from serfdom and land grabbing throughout the revolutions of February and October of 1917. Highlighted this, we will question how the leaders of the revolution have hampered the practical development of the revolution in the field.

KEYWORDS: Agrarian question, Peasants, *Intelligentsia*, Serfdom, Russian Revolution, Bolsheviks.

Para Vito Letizia (*in memoriam*)

A campanha “ir ao povo”

É hora de ir ao povo. Devemos nos preparar para o indispensável e, acima de tudo, devemos aprender o trabalho braçal. Todo mundo está começando a trabalhar. Alguns procuraram as oficinas e as fábricas onde, com a ajuda de trabalhadores treinados, são aceitos e começam uma carreira. Esse exemplo impressiona os companheiros e se espalha. Aqueles que não podem seguir trabalho sofrem amargamente. Outros (e se eu não me engano, a maioria) se empolgam em aprender um comércio, carpintaria, marcenaria, etc. Esses são os ofícios que são aprendidos mais rapidamente. E, além disso, eles serão os mais úteis quando nos bairrem. Devemos estar prontos de uma só vez. Em muitas partes de São Petersburgo, pequenas oficinas estão sendo organizadas e, sob a orientação de um trabalhador revolucionário, o aprendizado é bastante rápido. A necessidade

de aprender um ofício traz à tona algum talento real em nossa geração. Os locais de trabalho são do mesmo tipo. Ao mesmo tempo, eles atuam como comunas.²

É com essas palavras que Osip Aptekman descreveu sua experiência na campanha *khozhdeniye v narod*. No verão de 1874, o jovem judeu decidiu converter-se ao cristianismo ortodoxo para se aproximar e viver como um camponês russo. Assim como ele, milhares de estudantes abandonaram os bancos das salas de aula das universidades de Moscou e São Petersburgo para irem ao encontro dos camponeses. Inspirados pelas teorias românticas de autores como Herzen e Tchernichevski, por debates mantidos por publicações da *intelligentsia* russa como a *Vperiod*, de Lavrov; *Nabat*, de Tkatchov; *Narodnoe Delo*, de Bakunin; *Otietchestvienniie Zapiski*, de Mikhailovski; jovens universitários lançaram a campanha “ir ao povo” para trabalhar, comer e vestir-se como os *muzhiki* russos. O intuito desses militantes era transformar a realidade russa por meio de uma “atividade social” (fortalecer as comunas rurais e criar cooperativas, por exemplo) e não através da “prática política” de Estado (luta por reformas políticas do regime czarista).³

Esses jovens levavam a sério a ideia de que a aldeia adiantava elementos de uma sociedade futura e, portanto, consideravam-na o espaço para o início de uma revolução social. *Mir* tem o significado em russo de “aldeia”, “mundo”, “paz” e “universo”. Era governado por uma assembleia de anciões que, junto com a *obshchina*, comuna territorial, regulava todos os aspectos da vida no campo. As

competências desse “autogoverno” haviam sido ampliadas com a emancipação dos servos, em 19 de fevereiro de 1861. Ou seja, suas funções administrativas, policiais e judiciais se converteram na unidade básica da administração estatal, a *volost*.⁴ E, assim sendo, a campanha “ir ao povo” buscava organizar o povo e iniciou-se provocando grande entusiasmo nos observadores da época:

Nada comparável foi visto jamais. Era uma revelação, mais do que uma propaganda (...). Era um grito poderoso (...), que chamava as almas despertas para a grande obra de redenção da pátria e da raça humana. (...) Abandonaram suas casas, suas riquezas, honra, família. Lançaram-se no movimento com uma alegria, um entusiasmo, uma fé que podem ser sentidos somente uma vez na vida e que uma vez perdido já não podem ser encontrados.⁵

No entanto, para além da repressão da polícia czarista que, no final de 1874, já havia levado mais de 770 militantes da campanha para a prisão,⁶ o fato é que os camponeses viam com bastante desconfiança e hostilidade o comportamento urbano e as ideias socialistas desses jovens estudantes. Por vezes, os estudantes eram denunciados para a polícia pelos próprios camponeses. “Eles escutam nossa gente como escutam os padres na igreja – com respeito, mas sem entender nada, sem qualquer efeito sobre suas ações”,⁷ lamentava Kravchinski para sua companheira de militância Vera Zasulich, dois anos depois da onda inicial de entusiasmo da campanha “ir ao povo”.

Em 1876, escreveu Stepniak a Lavrov: “Não podemos mudar a maneira de pensar de um em cada seiscentos camponeses. (...) Todos começaram a perceber a necessidade de uma organização. Precisamos organizar uma revolta”.⁸ Como os diálogos entre dois *narodniki* deixam a entender, o resultado do fim da campanha foi o surgimento de estruturas mais rígidas de partido. O *Zemlia y Volia*, por exemplo, afastou-se da propaganda aberta para a conspiração clandestina. Um racha nesta organização deu origem a duas vertentes do movimento *narodnik*: A *Naródnaiia vólia* que acreditava que, por meio da violência contra o governo czarista, poder-se-ia desmoralizar a autoridade e destruir a admiração que os russos tinham pelo czar. Após várias tentativas fracassadas, essa tática resultou no assassinato do czar Alexandre II, em 1º de março de 1881. E a *Chiornyi peredel* liderado por Plekhanov que, no exílio em Genebra, viria fundar o *Ozvobozhdenie truda* junto com Vera Zasulich, Pavel Axelrod e outros. Após se aproximarem do marxismo, esses mesmos militantes, em contato com a II Internacional, fundaram o RSDRP (*Rossiyskaya sotsial-demokraticheskaya rabochaya partiya*), ou seja, o Partido Social Democrata Russo, que defendia que a revolução social seria resultado das transformações nas relações econômicas. Ou seja, um processo que exigia paciência histórica, já que o capitalismo era incipiente no vasto território russo.⁹

Cada vertente a seu modo procurava demonstrar o antagonismo entre o “Estado” e o “Povo”. Sem as transformações políticas e o surgimento de instituições legais capazes de fortalecer a

sociedade civil, como ocorreram no Ocidente, o antagonismo ficou polarizado entre “tirania czarista” de um lado e “radicalismo *narodnik*” de outro. Tendo em vista essa polarização, não nos parece verossímil a tese do historiador Orlando Figes, que vê a Revolução Russa como um evento precipitado que conduziu o povo ao terror e a guerra civil. Para ele, nas últimas décadas do Antigo Regime, estava surgindo uma esfera pública que, caso os radicais tivessem dado um tempo para seu desenvolvimento, poderia ter transformado a Rússia em uma sociedade constitucional moderna.¹⁰ Entretanto, é possível perceber que foi o governo que cristalizou a tendência de luta contra o Estado. Em seu sistema de repressão, o governo czarista seguiu uma política clara, buscou isolar setores da *intelligentsia*, demonstrando publicamente que estes queriam a queda do Império a partir de uma revolução social. Essa tática, como demonstra Franco Venturi, era assumida pelos ministros do governo czarista. Tratava-se de desmoralizar a *intelligentsia* perante o povo.¹¹

Foi nesse sentido que, com o fracasso da campanha “ir ao povo”, a ideia de “organizar o povo” para fazer a revolução ficou enfraquecida. Dali em diante, o lema era “conquistar liberdades políticas” para depois organizar o povo. Essa postura se efetivou em organizações que atacavam frontalmente o Estado, mas sem vínculos efetivos com o povo. Isso era uma realidade, o que não significa aderir a explicações como a do conservador Richard Pipes, segundo a qual a Revolução foi fruto de um contexto de fragilidade

do Estado Russo e do trabalho de agitação de tutores profissionais, que em tempo integral, tratavam de inculcar nos trabalhadores o fervor revolucionário.¹² Essa tese, conservadora e vanguardista não dá conta das relações sociais de opressão e da luta dos camponeses que, concomitantemente, mas de forma autônoma ao movimento dos trabalhadores urbanos, fizeram sua própria revolução.

A intelligentsia e os camponeses

Essa breve lembrança da campanha “ir ao povo” e de seus resultados nos ajuda a pensar a relação entre a chamada *intelligentsia* e os camponeses na Rússia. E isso, caso estejamos correto, nos ajuda a refletir sobre a fratura social russa que foi escancarada com os eventos da Revolução Russa de 1917, o que explica, em partes, o seu malogro posterior.

De acordo com o historiador Orlando Figes, a *intelligentsia* russa era menos uma classe social e mais um estado mental: “significava por definição uma atitude de oposição radical e absoluta contra o regime czarista, e um desejo de tomar parte na luta por sua queda.”¹³ Podemos afirmar que essa oposição ao governo é herdeira da revolta dos dezembristas (constitucionalistas que se rebelaram contra a monarquia no interregno que sucedeu a morte de Alexandre I, em 1825), mas que se radicalizou a ponto de rechaçar qualquer tipo de cargo público ou de compromisso com o regime. Sobre a legislação russa, por exemplo, os diversos círculos dessa elite intelectual consideravam: “moralmente inferior aos anti-

gos costumes dos camponeses e aos interesses da justiça social, o que justificava atacá-las.”¹⁴ Ainda seguindo Figes, este era “o fundamento moral do sentimento revolucionário que se apoderou das mentes das classes médias educadas durante os últimos anos do século XIX.”¹⁵

Essa pequena elite, nesse sentido, formou-se separada e contraposta à Rússia oficial que se sustentava por meio de um regime autocrático e anti-iluminista. No entanto, de forma concomitante, ela também se desenvolvia apartada dos camponeses, a imensa maioria do povo russo, pela educação. Como bem documentaram Isaiah Berlin, Andrzej Walicki, Franco Venturi entre outros estudiosos, o pensamento europeu se expandia como moda pelas universidades e salões, principalmente em Moscou e São Petersburgo. Primeiro o hegelianismo, depois darwinismo até chegar o marxismo, em suma, os intelectuais discutiam apaixonadamente às ideias abstratas ocidentais em meio à realidade do “atraso russo”. Tudo isso, somado a imensa noção de dívida que os intelectuais tinham para com o povo. Nikolai Mikhailovski, por exemplo, confessava: “A gente se deu conta de que nossa consciência universal só podia ser alcançada a custo do prolongado sofrimento do povo. Somos devedores do povo e essa dívida pesa sobre nossa consciência.”¹⁶

O povo credor da culpa da *intelligentsia* era o camponês. Mas quem era o camponês russo (o *muzhik*)? Tradicionalmente o *muzhik* é descrito como um trabalhador rural similar aos camponeses da Europa Ocidental da Idade Média, ou seja, vivendo sem eletricidade

e máquinas agrícolas. Plantando no antigo sistema de três campos, com poucas cabeças de gado e morando em barracos sem um sistema de aquecimento adequado para os rigorosos meses de frio. Ou ainda, aquele que tinha uma vida constantemente ameaçada pelos insucessos da safra. Que o tempo passava regulado por um “calendário agrícola”, marcado por festas e trabalhos específicos como a sementeira, o plantio e a colheita. E que, de forma generalizada, todos esses elementos geraram um homem conservador e psicologicamente explosivo, facilmente irritável e pronto para explodir.¹⁷

No entanto, essa descrição caricatural do camponês não dá conta de apresentar a singularidade da paisagem agrária na Rússia. No século XIX, o pensador eslavófilo Ivan Kiriêievski buscou apresentar essa singularidade comparando o campo russo com o campo dos países ocidentais. No Ocidente, argumentava o autor, a paisagem era repleta de castelos murados para que os nobres pudessem viver com suas famílias e os camponeses viviam ao redor da nobreza. “O cavaleiro era uma individualidade, a plebe, parte de seu castelo”.¹⁸ Na Rússia, diferente disto, “não veremos castelos, nem plebe ordinária circundante, nem cavaleiros nobres, nem reis em luta com eles”,¹⁹ pois na estrutura social russa a personalidade é a base primeira, “o direito à propriedade é apenas uma relação ocasional”.²⁰ Cito o autor:

A terra pertence à *obschina* porque a *obschina* é composta de famílias, que são compostas de pessoas capazes de cultivar a terra. Com o au-

mento do número de membros da família, aumenta também a quantidade de terra pertencente à família; a redução desse número implica a diminuição da quantidade de terra. (...) As relações do proprietário com o governo não dependem da propriedade, mas a propriedade depende das suas relações individuais. ²¹

E, para além dessa comparação feita por Ivan Kiriêievski, estudos como o do historiador Moshe Lewin tornam a descrição do *muḗhik* mais interessante do que a clássica caricatura sociobiológica do camponês, que de certa forma pode ser generalizada para qualquer tempo e espaço. Complexificando as discussões feitas por autores como Belinski, Tchekhov e Lenin sobre se, em questões religiosas, o *muḗhik* era devoto ou supersticioso, cristão ou pagão, ortodoxo ou anticristão, milagreiros ou mágicos, Lewin demonstra que o termo *dvoeverie* (dupla fé) garantiu, no universo religioso da Rússia rural, a coexistência de diferentes subsistemas com influências da Ásia, da Antiguidade Clássica, da Idade Média, das antigas crenças eslavas, cátaras, maniqueístas e de diversas outras heresias antigas e modernas. ²²

Esse “cristianismo rural” - segue sugerindo Lewin - era o amalgama da velha civilização agrícola russa. E esta civilização foi capaz de suportar crises não por conta de uma instituição - a igreja - mas devido a vários elementos inerentes à realidade social da aldeia, cuja religião é central para entendermos os mecanismos de resolução de conflito e de solidariedade entre os familiares e vizinhos. Somente tendo isso em vista é que conseguimos entender as

resistências camponesas ao longo da história russa. Em momentos de crise, por exemplo, eles podiam recuar e optar por sair da “grande sociedade”, fechando-se no seu “mundo” [*mir*]. Mundo que tem a sua disposição uma economia de subsistência, um sistema de direito e uma religião. Nas palavras do próprio autor: “Este potencial do campesinato tradicional sempre foi temido pelos governantes e intelectuais (...). Os camponeses podiam efetuar recuos na economia de mercado através da naturalização das suas necessidades; afastar-se do mundo da cultura oficial, dos tribunais, dos assessores fiscais, voltando aos estágios mais primitivos. E isto poderia ser catastrófico, pois seria a causa e o resultado de um cataclisma social.”²³

Apesar de toda essa forte tradição dos camponeses, no debate intelectual, as teses marxistas apareceram como uma salvação para a *intelligentsia* radical após o fracasso da campanha “ir ao povo”. Isso significou um distanciamento das expectativas que via o camponês como a força revolucionária para uma transformação social na Rússia. O desenvolvimento econômico fortalecia a formação da classe operária. E as repetidas ameaças de fome, causadas pelas más colheitas, sublinhava o atraso do campesinato russo. Diante desse cenário de mudanças, o marxismo ortodoxo ensinava aos russos que toda a tradição cultural rural estava condenada a desaparecer com o desenvolvimento do trabalhador assalariado urbano. Em suma, intelectuais como Piotr Struve, Georg Plekhanov, Julius Martov e Vladimir Lenin cravavam que a revolução social seria algo que

negaria esse elemento do “atraso russo”. Piotr Struve, um importante marxista russo, por exemplo, afirmara: “Não admitamos nossa falta de cultura e matriculemo-nos na escola do capitalismo”.

24

Posição muito diferente da que Marx tomou em debates com os *narodniki* Nikolai Mikhailovski e Vera Zasulich. Em 1877, Mikhailovski escreveu *Karl Marx sob o julgamento do Sr. J. Jukovski* (ou *O dilema do marxismo russo*). Nesse artigo, o russo acusa Marx de ter uma filosofia eurocêntrica e otimista da história. Para ele o capítulo sobre a acumulação primitiva poderia ser entendido como uma condenação da tentativa dos russos de encontrar um desenvolvimento diferente do seguido pela Europa Ocidental, ou seja, salvando as comunas rurais e evitando a expropriação dos meios de produção. Em resposta ao russo, Marx negou fazer filosofia da história e restringiu o alcance das análises de *O Capital* à história da Europa Ocidental. Para ele, somente estudando separadamente cada um dos casos e comparando-os é que se poderia encontrar “a chave do fenômeno, mas nunca chegaríamos a ela com o *passé-partout* de uma teoria histórico-filosófica geral, cuja suprema virtude consiste em ser supra-histórica”.²⁵

Quatro anos mais tarde, Vera Zasulich consultou Marx por meio de uma carta. A pergunta dela era a seguinte:

“A comuna rural – liberada das excessivas pressões fiscais, das indenizações aos grandes proprietários rurais e da arbitrariedade administrativa – será capaz de desenvolver o caminho

socialista, isto é, de organizar gradualmente sua produção e a divisão de seus produtos em bases coletivas (...) ou, ao contrário, a comuna está condenada a ruína”.²⁶

Marx, em seus rascunhos, retoma seus estudos etnológicos para descrever como das comunas de tipo arcaico sobraram apenas alguns exemplares dispersos na Europa Ocidental. Mas a Rússia, diz ele: “É caso único na Europa”, pois de forma diferente, “ela [a comuna] se manteve como forma quase predominante da vida popular e estendida sobre um imenso império”.²⁷ Entretanto, ele argumenta:

“A senhora sabe perfeitamente que hoje a própria existência da comuna russa está ameaçada por uma conspiração de interesses poderosos. Esmagada pelas exações diretas do Estado, explorada fraudulentamente pelos capitalistas intrusos, comerciantes etc., e pelos ‘proprietários’ fundiários, ela é, ainda por cima, minada pelos usuários das aldeias, pelos conflitos de interesses provocados em seu próprio seio em consequência da situação a que foi levada”.²⁸

Como sabemos, a resposta que chegou a Zasulich foi bastante sucinta. De forma muito parecida à resposta dada para Mikhailovski quatro anos antes, Marx restringiu as formulações de *O Capital* à Europa Ocidental. E, portanto, ele afirmou não ter uma resposta consistente, nem a favor nem contra a vitalidade da comuna rural. Porém, continua Marx, “os estudos sobre o tema tinha o convencido de que a comuna é o ponto para a regeneração social na Rússia”.²⁹ Nesses escritos, Marx não formulou nada sobre as re-

voltas camponesas que se acumulam ao longo da história russa. Nos rascunhos, ele apenas disse que a salvação da comuna não é uma questão teórica, mas sim uma questão prática, ou seja, “um inimigo a derrotar”. “Para salvar a comuna”, prossegue Marx, “é preciso uma revolução russa”. E para a revolução russa acontecer, “a parcela inteligente” deveria “concentrar todas as forças vivas do país para assegurar um livre curso à comuna rural”.³⁰

Então, se a comuna rural russa era um ponto de apoio para a revolução social na Rússia, como queria Marx, parece fazer sentido pensarmos as formulações e as perguntas colocadas pelo historiador Moshe Lewin no livro *The making of the Soviet system*: **a)** A comuna era uma verdadeira instituição camponesa (ou era algo essencialmente imposto aos camponeses pelo estado)? **b)** A terra familiar era *comum* (ou privada)? **c)** Havia *obychnoe pravo* (direito consuetudinárias)? Em nossa opinião, as ações dos camponeses para acabar com a servidão e para levar adiante a revolução no campo respondem positivamente às três questões.³¹ E com isso nos afastamos do economicismo teórico pressuposto na ideia de que o campesinato desapareceria com a modernização da Rússia.

O *nexus* rural

Historicamente, o mundo rural russo era composto pelos servos em um polo e por uma nobreza proprietária em outro. Essa divisão formava um *nexus* que definia o lugar social e político dos camponeses. Tratava-se de uma estrutura rígida, que nem mesmo a

abolição da servidão de 1861 conseguiu quebrar. Embora a abolição tenha possibilitado uma série de mudanças, principalmente, no desenvolvimento de um setor capitalista pequeno, mas dinâmico (na agricultura, mineração e indústria), ela não quebrou o *nexus* rural, que assentava o poder da autocracia czarista, ou seja, a sujeição dos camponeses.³² Para melhor entendermos a formação dessa estrutura social, seguiremos alguns pontos da cronologia histórica comentada de Vito Letizia, que será publicada no livro *1917: uma revolução confiscada*, terceiro volume de *Diálogos com Vito Letizia*, coleção organizada pelo coletivo Cemap-Interludium.

De acordo com Vito Letizia, a propriedade da terra adquiriu características mais rígidas na Rússia em 1565, sob o reinado de Ivan IV. Ele criou a *oprichnina*, força militar subordinada ao czar. Inicialmente integrada por 1.000 *oprichniki*, filhos de boiardos, que receberam domínios, a título de benefício (*pomiestie*). Os *oprichniki* deveriam prestar serviço militar (eventualmente administrativo) durante a vida inteira. E o resultado final é que as terras russas e a nobreza ficaram divididas em duas partes inicialmente equivalentes: a área de *votchina*, pertencente aos boiardos, e a área de *pomiestie*, entregue à nova nobreza de serviço.

Ivan IV foi o primeiro czar a suspender o “direito de partida” dos camponeses. Era um direito de saída temporária do domínio senhorial, que os camponeses usavam para abandonar definitivamente os maus senhores. De acordo com o historiador Richard Pipes, as conquistas dos Canatos de Kazan e Astrakan abriram para

os russos uma vasta área para colonização, o que também impulsionou os camponeses a abandonar as terras senhoriais.³³ Anos depois, Pedro, o Grande – que ficou marcado na história russa por ser o czar que realizou uma modernização industrial, trazendo grande número de técnicos estrangeiros, que ajudaram a desenvolver a construção naval e as fábricas de armamentos, além da siderurgia – tornou mais rígido o vínculo entre senhor e servo. Para que não faltasse mão de obra às novas indústrias, Pedro realizou em 1721 a reforma do sistema servil, transformando a sujeição baseada na servidão da terra em servidão direta ao senhor. Com isso, o senhor passou a ter o direito de deslocar seus servos para qualquer lugar, tratando-os como propriedade.

Isso é importante de ser pontuado, pois o mesmo czar que iniciou o processo de modernização é também o responsável por seu travamento. Em 1723, Pedro diminuiu os investimentos nas manufaturas estatais e as ofereceu para particulares. Mas ao contrário do Ocidente, essa abertura não fortaleceu o surgimento de uma “burguesia industrial”, mas sim de uma “nobreza industrial”. E o resultado só poderia ser esse, pois somente a nobreza dispunha de mão de obra abundante, uma vez que, sob a legislação servil mencionada acima, podia transferir seus servos para onde quisesse. É por esta razão que uma classe industrial burguesa só começará a se desenvolver a partir da abolição da servidão, bastante dependente das iniciativas do Estado.

Pensando nessas questões, Leon Trotski, em *História da Revolução Russa*, afirma que após longas polêmicas científicas ficou comprovada a existência de uma “época feudal” na Rússia. Para Trotski, “um feudalismo imperfeito”, que não deu condições para o artesanato se “desvincular por inteiro da agricultura e conservou sempre o caráter de trabalho em domicílio.”³⁴ Por isso, as cidades russas eram insignificantes do ponto de vista da produção. Não fortaleceu uma burguesia capaz de criar movimentos de reforma contra a Igreja Ortodoxa e burocrática e a favor de um cristianismo adaptado às necessidades da sociedade burguesa. Assim, a luta contra a Igreja do Estado não transcendia o cristianismo das seitas camponesas, como o cisma dos “Velhos Crentes”. Para ele, a revolta de Pugachev (1773-1775), movimento dos cossacos, camponeses e operários servis dos Montes Urais, foi apenas uma revolta. Não foi uma revolução como a Revolução Francesa, pois faltava um terceiro Estado, uma burguesia. Em resumo, para Trotski, por detrás das “leis do desenvolvimento combinado” existe sempre um contexto histórico deficitário em relação à história do Ocidente.

Mas, de acordo com Vito Letizia, podemos dizer que até meados do XVI, existiu um “feudalismo” na Rússia, como afirma Trotski, mas tratava-se de um feudalismo particular, desprovido da tendência à fragmentação, que gerara no Ocidente vários graus de vassalagem, em função do sistema de enfeudamento; ao passo que na Rússia, além de não terem surgido camadas intermediárias entre

os príncipes e os boiardos tradicionais, estes não deviam seus domínios aos príncipes, como os deviam os barões ocidentais a seus suseranos. Ivã IV instaurou um despotismo fortemente centralizado. Nenhum soberano do Ocidente poderia expropriar a nobreza tradicional para criar outra a seu gosto como fez Ivan. E, principalmente, enquanto no Ocidente a decadência da nobreza territorial dera lugar a uma classe burguesa com poderes crescentes, na Rússia a decadência dos boiardos abriu espaço a uma vasta nobreza de serviço, cuja expansão determinou sua evolução de “feudalismo bizantino” para “despotismo bizantino”, fortemente centralizado. Situação que não tem similaridade seja com a história do Ocidente, seja com o restante do Oriente.

A libertação dos servos, que é considerada por muitos como um momento de distensão do poder despótico, não pode ser considerada como um gesto espontâneo do czar. E para demonstrar isso, basta frisar que história da Rússia é marcada por uma série de revoltas camponesas: Revolta de Stenka Razin (1667), Revolta de Bulavin (1705), Revolta de Pugachev (1773-1775) entre outras. No ano da libertação, 1861, o historiador Leonel Kochan levanta que 499 revoltas com necessidade de deslocar tropas foram registradas. E, ainda de acordo com esse estudioso: “O ministro do Interior deu conhecimento de não menos de 647 incidentes tumultuosos dos camponeses nos primeiros quatro meses seguintes à promulgação do estatuto da emancipação”.³⁵ As revoltas prosseguiram, pois os camponeses, embora legalmente livres da servidão, se tornaram

“dependentes temporários”, pois deviam resgates a serem pagos em até 49 anos para os proprietários de terra.

Dezesseis anos após a abolição da servidão, em 1877, o jornalista Gleb Uspenskii passou alguns dias convivendo com camponeses na província de Samara e fez descrições impressionantes da realidade. No relato do jornalista, a província tinha uma natureza abundante, com rios cheios de peixes, terras férteis e florestas com uma diversidade impressionante de fauna e flora. Todavia, “não havia um dia em que algum acontecimento, cena ou conversa não rompesse instantaneamente com as fantasias e quebrassem todas as deduções sobre a vida no campo”.³⁶ Uma mulher de idade passando necessidades porque a comuna tomou as terras da família após o marido sofrer um acidente e se tornar improdutivo. Proprietários expandindo a produção na área da floresta comunitária e utilizando trabalho de camponeses que já passavam dificuldade para pagar aluguel de 3 a 5 rublos por *desjatína*³⁷ de terra. Em relação às dívidas dos camponeses com os grandes proprietários, ressalta Uspenskii, a antiga palavra *barsbchina* - dívida que o trabalhador pagava na forma de trabalho na terra do senhor na época da servidão - voltou com força nas vilas contemporâneas. Em suma, “o camponês permaneceu quase um servo”.³⁸

Somado a essa situação na área rural, a Rússia passou a viver uma fase de modernização nas cidades. Patrocinado por um Estado – então envolvido nas disputas pelo domínio do mercado asiático – o desenvolvimento capitalista em alguns setores se acelerou no final

do século XIX e início do XX. O operariado era o indivíduo proveniente do campo. Como já dissemos, muitos migraram para as grandes cidades, mas outros mantiveram o vínculo com o campo trabalhando nas indústrias como trabalhador temporário. Eles passaram a ter como referência de luta duas organizações: O Partido Socialista Revolucionário (SR), que não distinguia nitidamente os camponeses dos trabalhadores urbanos, considerando ambas as classes potencialmente revolucionárias. E o Partido Social Democrata, que próximo das teorias da II Internacional, buscava organizar os trabalhadores urbanos para um processo revolucionário que seria resultado das relações de exploração capitalista. Esses trabalhadores se defrontavam com uma burguesia fortemente ligada ao sistema czarista. Parte dela ainda provinha da nobreza de serviços, que aos poucos também passava a se dedicar exclusivamente às atividades industriais e urbanas.

Mas até aqui, apesar das mudanças sociais geradas pela abolição da servidão, o “*nexus rural*” estava mantido, ou seja, o despotismo czarista desenvolvia a economia e dispunha de mão de obra barata, baseando-se ainda na miséria camponesa.

1917 e a revolução no campo

(...) as reformas de 1861 e as tentativas posteriores de melhorar as coisas continuaram tendo mal resultados e o capitalismo e o desenvolvimento industrial na Rússia czarista não puderam se reestruturar e se modernizar. Assim, criou-se um nó de tensões e contradições que

causaram a explosão do sistema em 1917, legando para o próximo sistema muitos problemas não resolvidos que irão ocupa-lo por algum tempo.³⁹

As duas revoluções, de fevereiro e outubro de 1917, quebraram o *nexus* que estruturou a exploração do trabalho ao longo da história do Império Russo. O processo revolucionário eliminou um dos polos do *nexus* rural. Em suma, o governo czarista caiu e a nobreza rural foi expulsa do campo, principalmente, pelo papel ativo dos camponeses na tomada das terras que aconteceu de março a outubro de forma espontânea. Tudo isso foi fortalecido pelos comitês de terra, que assim como os soviets nas cidades mantinham o “duplo poder” e, portanto, garantia que os movimentos dos operários e dos camponeses pudessem atuar de forma autônoma em relação à burguesia e ao Governo Provisório.

As expropriações proporcionaram aos camponeses um direito histórico e moral. Nas terras tomadas se escutava com frequência: “Nosso senhor se foi, essa terra é nossa”.⁴⁰ Os membros das comunas se demonstravam solidários e organizados. De acordo com Orlando Figes: “Era comum a assembleia aprovar uma resolução obrigando todos os membros do comitê a participar das marchas para tomar fazendas ou participar de outras formas de resistência camponesa, como greves e boicotes contra os alugueis”.⁴¹ Mas quebrado o *nexus* que estruturou séculos de exploração, como pensar e organizar o polo remanescente do antigo mundo rural russo? Qual seria o lugar para os *muzhiki* num contexto de abertura

para uma realidade social totalmente nova? Qual seria o papel reservado, numa sociedade socialista, para a população do fundo da escala social, composta de indivíduos pobres e analfabetos que, até o momento, pagara por tudo (servidão, expropriação, exército de reserva para as novas indústrias)?

Em reportagem do *Pravda* – principal jornal bolchevique – era possível perceber o grau de radicalização dos camponeses a partir de maio de 1917. A tomada de terras passou a ser considerada “a mais alta e a única garantia de sucesso da revolução, sucesso da liberdade, sucesso da libertação da Rússia do jugo e da servidão dos proprietários”.⁴² E, ao contrário dos Socialistas Revolucionários, partido mais popular entre os camponeses, os bolcheviques perceberam que não seria mais possível esperar a Assembleia Constituinte para decidir como seria a distribuição das terras, era necessário apoiar os Sovietes de Deputados Camponeses e a tomada de terras pela massa de camponeses.

Como se sabe, essa atitude dos bolcheviques gerou a reprovação imediata de Rosa Luxemburg que, da Alemanha, assistia apreensiva o desenrolar da Revolução Russa. De acordo com Luxemburg, Lenin mudara de opinião de forma circunstancial, pois em seu programa agrário anterior à revolução, ele não pregava a tomada imediata das terras pelos camponeses. Ao contrário, Lenin sabia da necessidade do governo revolucionário centralizar o comando dos bancos, do comércio, da indústria e, claro, das terras. Mais especificamente, ele já havia formulado que, no plano agrário, a reestru-

turação socialista pressupõe a nacionalização das grandes propriedades, pois ela é “a mais avançada do ponto de vista técnico, dos meios de produção e dos métodos agrícolas”.⁴³ Mas, apegando-se a palavra de ordem do movimento espontâneo do campesinato, os bolcheviques criaram uma nova e poderosa camada popular de inimigos do socialismo. Nas palavras dela:

(...) o camponês russo, tendo tomado a terra por sua própria conta, não pensou nem em sonhos em defender a Rússia e a revolução, à qual devia a terra. Aferrou-se à sua nova propriedade e abandonou a revolução aos seus inimigos, o Estado à ruína, a população urbana à fome.⁴⁴

Afirmção que, de acordo com a historiografia mais recente, desconsidera o fato de que a crise alimentar urbana era, sobretudo, um problema de distribuição e de troca e não de produção agrícola. De distribuição, porque sistema ferroviário estava em colapso devido à crise econômica e à escassez de combustíveis. As linhas que funcionavam eram invadidas por multidões de famintos que queriam chegar ao campo pra comprar comida barata. E de troca, porque os camponeses resistiam em vender comida por papel moeda, pois devido a grande inflação, os *rublos* que recebiam não valiam nada. O esforço do governo em fixar preços fez com que o camponês se retirasse do mercado oficial e passassem a trocar no mercado negro, onde conseguia, pelo menos, trocar seus produtos por vodka.⁴⁵

O problema da produção atingia principalmente as áreas urbanas, com as fábricas paralisadas e destruídas pela guerra civil. Di-

ante disso, milhares de trabalhadores saíram das cidades para se estabelecerem no campo, lugar mais próximo das fontes de alimentos. De acordo com Orlando Figes, entre 1918 e 1920, a população de Moscou caiu pela metade. Petrogrado perdeu três quartos de sua população e o número de bolcheviques na cidade que era de cinquenta mil caiu para treze mil. Alexander Shliapnikov, importante membro do partido na época, dizia: “O Partido Bolchevique está se convertendo na vanguarda de uma classe que não existia”.⁴⁶ Em suma, é preciso considerar aqui – antes de fazer uma separação rígida entre trabalhadores urbanos e rurais na Rússia – a perspectiva de regressar ao campo que um grande de trabalhadores das indústrias tinha em vista. Os trabalhadores com alguma relação com as aldeias podiam abandonar as fábricas e “regressar a seu passado rural”.⁴⁷

No entanto, cedo os bolcheviques se viram na obrigação de organizar a “economia socialista”, tal como Luxemburg cobrava. Em meados de 1918, os camponeses já haviam realizado a revolução democrática no campo, tomando as terras antes pertencentes ao Estado czarista, a Igreja e aos grandes proprietários rurais, entendia Lenin. Mas, para o líder bolchevique, estava na ordem do dia iniciar a “revolução agrária socialista” e isso se daria mobilizando forças sociais no próprio seio do campesinato russo, ou seja, organizando os camponeses pobres, que enfrentariam ideologicamente a mentalidade “pequeno-burguesa” dos chamados *kulaks*. Em 9 de maio de 1918, o *VTsIK* (Comitê Central de Toda Rússia) deu po-

deres extraordinários ao *Narkomprod* (Comissariado do Povo para o Abastecimento) para usar a força contra o que chamavam de “burguesia rural”, dada como “especuladora” sobre os estoques de grão. Em 11 de junho de 1918, formaram-se os primeiro *kombiedi*, comitês de camponeses pobres. A criação desses comitês estava ligada ao desabastecimento das cidades e não ao combate ideológico que Lênin, vez ou outra, procurou levantar como justificativa. Em novembro de 1918, Lenin assumiu o caráter artificial desses comitês, quando declarou: “decidimos cindir o campo”.⁴⁸

Para Lenin era preciso levar a guerra civil para o campo russo. Conclamar os camponeses pobres a agir contra o grupo de *kulaks*. Entre julho e agosto de 1918, Lenin deixa explícito a forma inflexível que o assunto deveria ser tratado, quando envia dois telegramas para a militante Eugenia Bosch, responsável por combater os camponeses na região de Penza:

I – 9 de julho de 1918. Urgente. Penza. Executivo, cópia para Eugenia Bogdanova Bosch. Despacho recebido, necessário organizar guarda selecionada. Exercer contra *kulaks*, sacerdotes e brancos, implacável terror de massas, prender suspeitos em campos de concentração fora das cidades. Telegrafem aplicação Presidente do Conselho Com. Do Povo, Lenin.

II – 11 de agosto de 1918. Reprimindo revoltas em cinco distritos, tomem todas as medidas para requisitar todos os excedentes de trigo. Para tanto, indiquem reféns (não tomem, indiquem) entre os *kulaks*, os ricos, os parasitas, encarregados de entregar e transportar trigo (...). Os reféns responderão com a própria vida pelo

depósito rápido e pontual das contribuições
impostas.⁴⁹

De acordo com Vito Letizia, deixando de lado o fato secundário da artificialidade desses comitês, o envio de destacamentos armados das cidades para recrutar camponeses miseráveis e lançá-los ao saque de “todo o excedente” da produção agrícola é um fator de regressão política no campo. Isso porque os alvos desses ataques eram os sovietes camponeses (dominados pelos camponeses médios), herdeiros dos comitês da terra, que haviam feito a revolução. Assim sendo, rapidamente a “revolução operária” foi se contrapondo a “revolução camponesa” sob o argumento de que o campo – parte passiva do processo – deveria sustentar a cidade, lugar dos trabalhadores e os soldados que lutavam ativamente pela revolução. Nas palavras de Vito:

Agora, eu sei que houve uma revolução no campo na Rússia e sei que Lenin se manifestou como inimigo dos camponeses desde o início da revolução. E, inversamente, os camponeses apoiaram os bolcheviques desde fevereiro. Houve uma revolução no campo, profunda, só que a Rússia era um país fortemente estratificado e um dos estratos achou que a revolução lhe pertencia. Era um setor ultraminoritário e, para manter a propriedade da revolução, teve que desenvolver um aparelho repressivo que terminou se burocratizando e travando a revolução. Desde o começo, desde os melhores tempos do processo revolucionário, o aparelho repressivo tornou-se cada vez mais um aparelho bolchevique, havia unidades de comunistas nas tropas, nas fábricas... Em todo lugar os comunistas eram a força de confiança.⁵⁰

Temos assim, o fim do desenvolvimento prático da revolução. Nas cidades, em meados de 1918, os comitês de fábricas, que surgiram de forma espontânea para controlar os atos dos patrões, foram transformados em comitês de ‘gestão de fábricas’. Transformar comitês de fábrica em comitês de gestão significa inverter o sentido de seu movimento, ou seja, transformá-los em seu inverso, o que corresponde a transformar órgãos do movimento operário em órgãos do processo produtivo. E entre os dias 20 e 27 de janeiro de 1918, o Primeiro Congresso Pan-Russo dos Sindicatos subordina os sindicatos ao Estado. A grande preocupação era a disciplina do trabalho e a produtividade. Isso significa fazer os sindicatos desempenharem uma função contrária a sua natureza, que é a de colocar-se como instrumento de negociação dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e bons salários.

Na teoria, a dinâmica dessas decisões baseava-se nas conclusões que afirmavam que atingido o socialismo, a absorção dos sindicatos no aparelho de estado era uma consequência natural. Alexander Lozovski, importante membro do Partido Bolchevique, dizia:

Na sua forma mais desenvolvida, os sindicatos devem, dentro do processo da presente revolução socialista, tornar-se órgãos do poder socialista... Em consequência do processo assim esboçado, os sindicatos transformar-se-ão inevitavelmente em órgãos do estado socialista, em cuja participação todas as pessoas que trabalham numa determinada indústria deverão em-

penhar-se como parte de seus deveres para com o estado.⁵¹

No âmbito das disputas pela hegemonia do Estado, em 14 de junho de 1918, o *VTsIK* exclui “os SRs de direita e os mencheviques das suas fileiras por motivo da sua associação como ‘contrarrevolucionários notórios’ que ‘procuravam’ ‘organizar ataques armados contra os operários e os camponeses’ e recomendava a todos os soviets que os excluíssem, eliminando-os deste modo virtualmente da participação na máquina governamental”.⁵² Nesse momento, afirma Edward Carr, os bolcheviques ficaram sem rivais, como partido dominante no Estado, além de possuírem a *Tcheka* (Comitê Extraordinário) um órgão policial de poder absoluto para reprimir os opositores. As sanções eram descritas como “terror” e justificadas como medida de guerra. Felix Dzerjinski, fundador da polícia, nesta altura, dizia em entrevista:

A *Tcheka* não é um tribunal. A *Tcheka* é a defesa da revolução, tal como o Exército Vermelho; tal como na guerra civil o Exército não pode parar para perguntar se pode causar dano a indivíduos particulares, antes tem que tomar em conta apenas uma coisa, a vitória da revolução sobre a burguesia, também a *Tcheka* tem que defender a revolução e dominar o inimigo mesmo que a sua espada caia ocasionalmente sobre as cabeças inocentes.⁵³

E, no campo, como buscamos destacar até aqui, organizar a “agricultura socialista” passou a significar “o poder” ir em direção contrária à aspiração de oitenta por cento da população, que participou da revolução e buscava seu direito histórico, ou seja, o aces-

so a terra. O resultado imediato mais imediato foi o estouro de revoltas camponesas. Para além da polarização entre “Branco” e “Vermelho”, surgiram inúmeros exércitos “Verdes” ao longo da guerra civil (1917-1922). Em Tambov, cerca de 40 mil camponeses se organizaram sob o comando de Antonov. Na Ucrânia, o exército de Makhno chegou a alcançar 50 mil homens. E na Sibéria ocidental, o exército popular chegou a reunir mais de 100 mil homens. Esses agrupamentos tinham em comum a rejeição às requisições do “excedente” - ou de toda colheita - ordenadas pelo governo de Moscou para alimentar o exército e as cidades.⁵⁴

Enfim, a reversão do processo revolucionário fez com que o *muzhik* russo retornasse à sua secular resistência contra o Estado.

Considerações finais

Se Marx estava certo em dizer que uma revolução social é uma *Revolution in Permanenz*⁵⁵, ou seja, um processo social que deve levar às últimas consequências a expropriação das classes dominantes, até que a classe mais ao fundo da sociedade alcançasse a liberdade diante de um sistema social de exploração, na Rússia esse processo além de garantir que os produtores pudessem se associar livremente, precisaria – necessariamente – chegar ao campo russo. No entanto, para além das ideias de liberdade e igualdade traduzidas em palavras de ordem contra a autocracia czarista, a *intelligentsia* e os dirigentes socialistas deveriam saber que campo russo se moveria pela terra negra, para ascender à vida humana pura e simples.⁵⁶

São Paulo, 4 de março de 2017.

Notas

¹ **José Arbex Jr.** é doutor em história social pela Universidade de São Paulo. É também professor do curso de jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). ORCID: 0000-0003-0442-4743. **Danilo Chaves Nakamura** é mestre em história econômica pela Universidade de São Paulo. É professor de história da rede municipal de ensino da cidade de São Paulo. ORCID: 0000-0003-1180-578X. O trabalho de pesquisa foi realizado por Danilo Chaves Nakamura.

² VENTURI, F. **Roots of Revolution** – a history of the populist and socialist movements in nineteenth century Russia. Chicago: The University of Chicago Press, 1983, p. 504.

³ FERNANDES, R. C. **Dilemas do socialismo** – A controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

⁴ PIPES, R. **The Russia Revolution**. New York: First Vintage Books Edition, 1991, p. 90.

⁵ VENTURI, F. op. cit., p. 503.

⁶ Ibid., p. 506.

⁷ BERLIN, I. **Russian Thinkers**. New York: Pelican Books, 1978, p. 232.

⁸ FERNANDES, R. C. op. cit., p. 36.

⁹ Idem.

¹⁰ FIGES, O. **La tragedia de un pueblo** - La Revolución Rusa, 1891-1924. Barcelona: Edhasa, 2000, p. 162.

¹¹ VENTURI, F. op. cit., p. 585.

¹² PIPES, R. op. cit., p. 101.

¹³ FIGES O. op. cit., p. 164.

¹⁴ Ibid., p. 165.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Ibid., p. 166.

¹⁷ LEWIN, M. **The making Soviet system** – Essays in the social history of interwar Russia. New York: New Press, 1994, p. 52-53.

¹⁸ KIRIÉIEVSKI, I. Sobre o caráter da ilustração da Europa e a sua relação com a ilustração da Rússia. In GOMIDE, B. B., **Antologia do pensamento crítico russo (1802-1901)**. São Paulo, Editora 34. 2013, p. 219.

¹⁹ Ibid., p. 220.

²⁰ Ibid., p. 222.

²¹ Idem.

²² LEWIN, M. Op. cit., p. 69.

²³ Ibid., p. 71.

²⁴ FIGES O. op. cit., p.181.

²⁵ MARX, K. À redação de *Otietchestvienniie Zapiski*. In: FERNANDES, R. C. Op. cit., p. 168.

-
- ²⁶ ZASULICH, V. Vera Zsulich a Karl Marx em 16 de fevereiro de 1881. In: FERNANDES, R. C. Op. cit., pp. 173-4.
- ²⁷ MARX, K. Primeiro rascunho – fevereiro e março de 1881. In: FERNANDES, R. C. Op. cit., p. 179.
- ²⁸ *Ibid.*, p. 183.
- ²⁹ MARX, K. Karl Marx a Vera Zsulich em 8 de março de 1881. In: FERNANDES, R. C. Op. cit., p.188.
- ³⁰ *Ibid.*, p. 185.
- ³¹ LEWIN, M. Op. cit., p. 85.
- ³² *Ibid.*, p. 12.
- ³³ PIPES, R. **Russia under the Old Regime**. New York: Penguin Books, 1995, p. 83.
- ³⁴ TROTSKI, Leon. **História da Revolução Russa**. São Paulo: Sundermann, 2007, p. 22.
- ³⁵ KOCHAN, L. **A formação da Rússia Moderna**. Lisboa: Editora Ulisseia, 1962, p. 200.
- ³⁶ USPENSKII, G. From a Village Diary. In: **Readings in Russian Civilization**. Vol. II. Chicago: The University of Chicago Press, 1969, p. 360.
- ³⁷ 1 *desjatina* equivale a 1,09 hectares ou 2,7 acres.
- ³⁸ USPENSKII, G. op. cit., p. 365.
- ³⁹ LEWIN, M. Op. cit., p. 12.
- ⁴⁰ FIGES O. op. cit., p. 412.
- ⁴¹ *Idem*.
- ⁴² Os camponeses e a revolução. **Pravda, nº 34, 16/29 de abril de 1917**. In: AARÃO, D. Manifestos vermelhos e outros textos históricos da Revolução Russa. São Paulo: Cia das Letras, 2017, p. 188.
- ⁴³ LUXEMBURGO, R. A Revolução Russa. In **Textos escolhidos – volume 2 (1914-1919)**. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 186.
- ⁴⁴ *Ibid.*, p. 189.
- ⁴⁵ FIGES O. op. cit., p. 666.
- ⁴⁶ *Idem*.
- ⁴⁷ *Ibid.*, p. 668.
- ⁴⁸ LENIN, V. Discurso pronunciado en una reunión de los Comités de Campesinos Pobres de las provincias centrales (8 de noviembre de 1918). In: **Obras Completas**, tomo 37, Madrid: Editora Ayuso, 1970 p. 183.
- ⁴⁹ SERGE, V. **O ano I da Revolução Russa**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 309.
- ⁵⁰ LETIZIA, V. **1917: Uma revolução confiscada**. Diálogos com Vito Letizia. São Paulo: Cemap-Interludium, 2017.
- ⁵¹ CARR, E. H. **A Revolução Bolchevique – 1917-1923**. Porto: Afrontamento, 1977, p. 122.
- ⁵² *Ibid.*, p. 187.
- ⁵³ *Ibid.*, p. 189.
- ⁵⁴ MARIE, Jean-Jacques. **História da guerra civil russa, 1917-1922**. São Paulo, Contexto, 2017, p. 18.

⁵⁵ MARX, K. Zur Kritik der Politischen Ökonomie (Manuskript 1861-1863).
Theil 3: Theorien über den Mehrwert. In: **MEGA, II/3.3**. Berlin, 1978

⁵⁶ LETIZIA, V. Op. cit.